

MAR 2026

INSIGHTS

A resposta
descoordenada da
Europa à guerra
EUA–Israel com o Irã

ELABORADO POR
Matthias Matthijs

TRADUZIDO POR
Filipe Prado Macedo da Silva





A resposta descoordenada da Europa à guerra EUA–Israel com o Irã¹

Matthias Matthijs*

A velocidade e a escala dos [ataques conjuntos dos EUA e Israel contra o Irã](#), surpreenderam a maioria dos governos europeus. Depois de manter a Europa no escuro sobre a captura do líder venezuelano Nicolás Maduro, os EUA lançaram uma ampla operação militar no Oriente Médio com pouca ou nenhuma consulta aos seus aliados europeus, esperando usar suas bases e contar com seu apoio. Mais uma vez, os líderes europeus se viram em uma corrida contra o tempo para reagir a um conflito que não haviam previsto, para o qual não estavam preparados – e sobre o qual tinham pouca influência direta. O resultado foi uma resposta europeia surpreendentemente descoordenada.

O Reino Unido adotou uma postura transatlântica cuidadosamente equilibrada, optando por combinar críticas ao regime iraniano com apelos à desescalada das tensões. Essa abordagem não agradou plenamente a ninguém no plano doméstico e atraiu a irritação do presidente dos EUA, Donald Trump. O primeiro-ministro Keir Starmer [enfatizou que a britânicos não participaram dos ataques](#) e, inicialmente, restringiu o uso norte-americano da base militar de Diego Garcia, no arquipélago de Chagos. Posteriormente, no entanto, Londres reafirmou que as forças norte-americanas poderiam utilizar a base para defender aliados regionais e garantir a segurança de Israel, passando também a fornecer apoio militar defensivo na região, enquanto incentivava esforços diplomáticos para evitar uma escalada regional mais ampla.

A França adotou uma postura mais crítica em relação ao direito internacional. O presidente Emmanuel Macron alertou que ações militares conduzidas fora desse marco podem comprometer a estabilidade global, e convocou discussões de emergência no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, Paris evitou um confronto direto com Washington e condenou decididamente a retaliação iraniana. [Macron também ordenou](#) o envio do porta-aviões *Charles de Gaulle* e de outros ativos militares para a região, com o objetivo de proteger interesses franceses, especialmente a base *Camp de la Paix*, em Abu Dhabi, que abriga caças *Rafale*, sistemas de vigilância e unidades de treinamento do exército francês. A resposta francesa, portanto, busca conciliar a defesa da legalidade internacional com a manutenção do alinhamento estratégico com os EUA.

A posição da Alemanha tem sido mais alinhada aos objetivos dos EUA e de Israel na operação militar. O chanceler Friedrich Merz descreveu o Irã como uma grande ameaça à segurança internacional e argumentou que décadas de sanções e diplomacia não foram suficientes para conter as atividades desestabilizadoras de Teerã. Embora Berlim tenha se somado à França e ao Reino Unido nos apelos por moderação, Merz ressaltou que os governos ocidentais compartilham o interesse em impedir que o Irã [desenvolva armas nucleares](#) e apoie grupos militantes regionais. “Agora não é o momento de dar lições aos nossos parceiros e aliados”, afirmou antes de viajar para Washington no início da semana. Durante a visita à Casa Branca, destacou que ambos os países estavam “em sintonia”, embora tenha evitado comentar as críticas de Trump a outros líderes europeus. Merz também sublinhou que a Alemanha pretende cooperar com os EUA na gestão do cenário pós-conflito.

No sul da Europa, os governos têm sido mais abertamente críticos. O primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, condenou veementemente os ataques e recusou-se a permitir o uso de bases espanholas por forças americanas em operações contra o Irã. Mesmo diante das ameaças de Trump de “romper todas as relações” com a Espanha, Sánchez manteve



sua posição. O governo italiano também levantou preocupações jurídicas, com o ministro da Defesa, Guido Crosetto, classificando os ataques como incompatíveis com o direito internacional. Embora Roma mantenha relações próximas com Washington, o episódio expôs um desconforto persistente na Europa em relação a ações militares unilaterais.

A Polônia, por outro lado, ofereceu apoio político explícito à operação. O presidente Karol Nawrocki enquadrou o conflito sob uma ótica de segurança, argumentando que as ações do Irã representam uma ameaça mais ampla à estabilidade internacional. Manifestações semelhantes vieram de outros países da Europa Oriental, incluindo os Estados bálticos, a República Tcheca e a Romênia. Essa posição reflete um alinhamento estratégico mais amplo com Washington em matéria de defesa e dissuasão.

Em conjunto, essas respostas revelam uma Europa profundamente dividida em relação ao uso da força e às intervenções militares. A ausência de uma reação unificada também reflete uma realidade estrutural: a Europa possui peso estratégico limitado nesse conflito específico e enfrenta uma relação cada vez mais tensa com seu principal aliado, os EUA.

No início de 2026, líderes europeus esperavam virar a página de um período que muitos, em privado, descreveram como um ano humilhante de “apaziguamento” da administração Trump. Em 2025, os governos europeus, em grande medida, evitaram confrontos diretos com Washington, mesmo diante de políticas cada vez mais hostis por parte dos EUA. Como Nathalie Tocci e eu argumentamos na edição anterior da *Foreign Affairs* (“[Como a Europa Perdeu](#)”), a estratégia europeia resumiu-se a uma política de contenção – ganhar tempo enquanto se evitava um confronto aberto.

No entanto, tal postura parecia mudar. Os governos europeus começaram a adotar medidas mais assertivas em direção à autonomia estratégica. No final de dezembro de 2025, a União Europeia (UE) aprovou um pacote de € 90 bilhões em empréstimos para sustentar o esforço de guerra da Ucrânia até 2027, por meio da emissão conjunta de dívida, um dos maiores compromissos financeiros coletivos da história da defesa europeia.

Ao mesmo tempo, a UE reagiu às ameaças de Trump à soberania da Dinamarca sobre a Groenlândia, em janeiro de 2026. Diante da possibilidade de novas tarifas contra membros europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Bruxelas respondeu com medidas retaliatórias coordenadas. Pela primeira vez desde o retorno de Trump ao poder, em 2025, a Europa pareceu disposta a defender seus interesses com maior firmeza.

O conflito com o Irã representa um novo desafio. Para a maioria dos governos europeus, a prioridade geopolítica continua sendo a guerra na Ucrânia. Nesse contexto, a escalada no Oriente Médio traz riscos e oportunidades. Por um lado, o Irã tem sido um importante fornecedor de drones para a Rússia; um conflito que desvie seus recursos pode reduzir tal apoio. Por outro, a guerra [eleva os preços da energia](#), beneficiando as exportações russas e fortalecendo a capacidade de Moscou de financiar seu esforço de guerra. Além disso, há o risco de redirecionar o foco estratégico dos EUA para longe da Europa, algo visto como profundamente indesejável.

Há também implicações comerciais. Após a decisão da Suprema Corte dos EUA de limitar o uso de tarifas sob a *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA), governos europeus temem reacender tensões comerciais transatlânticas. Para os formuladores de políticas em Bruxelas, Berlim e Paris, preservar a estabilidade econômica com os EUA tornou-se uma prioridade em um cenário de incerteza global.

Isso não significa que a Europa tenha deixado sua ambição de maior autonomia geopolítica. Pelo contrário, tendências estruturais apontam nessa direção. Os gastos com defesa estão aumentando rapidamente, especialmente na Alemanha. A UE intensificou a diversificação



de suas parcerias comerciais, buscando acordos com países como Índia, Indonésia e [Mercosul](#). Paralelamente, a transição energética – acelerada após a invasão russa da Ucrânia – continua a redefinir o posicionamento estratégico europeu.

Tais transformações, no entanto, levarão tempo. O fortalecimento de capacidades militares, a reconfiguração de cadeias de suprimentos e o aumento da resiliência econômica são processos de longo prazo. No curto prazo, os governos europeus têm poucos incentivos e pouca capacidade para influenciar diretamente um conflito que não iniciaram. Assim, a estratégia predominante tende a ser de cautela: evitar envolvimento direto e concentrar-se nas prioridades centrais do continente.

Essa postura pode não soar particularmente ambiciosa. Ainda assim, sob a perspectiva dos formuladores de políticas europeus, ela provavelmente representa a opção mais realista disponível no momento.

¹ Este artigo foi originalmente publicado, em inglês, no [Council on Foreign Relations](#). Tradução de Filipe Prado Macedo da Silva (Líder do “[Conexão Bruxelas](#) | Grupo de Estudo sobre Europa e União Europeia”).

* Membro Sênior para a Europa do [Council on Foreign Relations](#) (EUA).